

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2024

(SR. JOSÉ ROCHA)

Requer a realização de audiência pública para debater as principais ações e programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que, ouvido o plenário desta Comissão, requero a realização de audiência pública com o presidente César Fernando Schiavon Aldrighi, e seus Diretores ou equipe técnica para debater as principais ações e programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, tem em suas atribuições a implantação de obras de infraestrutura para os projetos de assentamento com a demarcação topográfica, a construção ou recuperação de estradas, implantação de sistemas de abastecimento, realização de gestão ambiental dos projetos, supervisão, fiscalização e acompanhamento das famílias assentadas na aplicação do Crédito de Instalação, e demais ações dentre outras, visando proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável das áreas de reforma agrária. Os recursos da



ação destinam-se também à titulação de lotes nos assentamentos e implantação de agroindústrias e projetos de diversificação e comercialização da produção.

O Instituto tem programas de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) com ações que oferece condições aos trabalhadores rurais, e recursos usados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo e na contratação assistência técnica e extensão rural. O Programa apoia-se nos princípios da participação, controle social, autonomia e transparência. As famílias são as responsáveis pela escolha da terra e pela negociação do preço, além da elaboração da proposta de financiamento.

O Incra com a reponsabilidade de reforma agrária buscando, qualificação dos assentamentos rurais, licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito, a assistência técnica e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista, promovendo o Desenvolvimento do país.

Diante do exposto solicito o apoio dos pares para aprovar este requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2024

Deputado **JOSÉ ROCHA**
UNIÃO/BA

